



Estratégia
CONCURSOS

1º SIMULADO

MAGISTRATURA
ESTADUAL



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada nos concursos de Magistratura Estadual para o cargo de **Juiz**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas																		
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100

PROVA OBJETIVA

Direito Civil

Questão 1

O Presidente do Senado Federal, em vídeo publicado em suas redes sociais particulares, enaltece o Regime de Exceção de 1964. Ele assevera que se o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB quisesse saber como o pai desapareceu durante a ditadura, contaria a ele. Insinua que o Presidente da AMB não iria querer ouvir a verdade a respeito da morte do pai, reconhecidamente assassinado pelas forças de segurança pública brasileiras, após ser torturado por sua militância política. A respeito do caso, dita a jurisprudência do STJ que há:

- a) imprescritibilidade das ações que pretendem obter indenização por danos morais do Estado, não sendo vedada a acumulação de indenização por danos materiais e morais.
- b) imprescritibilidade das ações que pretendem obter indenização por danos morais do Estado, mas vedada a acumulação de indenização por danos materiais e morais.
- c) prescrição das ações que pretendem obter indenização por danos morais do Estado, no prazo de 10 anos, a contar do reconhecimento oficial estatal do desaparecimento.
- d) prescrição das ações que pretendem obter indenização por danos morais do Estado, no prazo de 3 anos, a contar do reconhecimento oficial estatal do desaparecimento .
- e) prescrição das ações que pretendem obter indenização por danos morais do Estado, no prazo de 20 anos, a contar da Lei da Anistia.

Questão 2

Sobre a recusa de cobertura securitária dos planos de saúde, relativamente a doenças preexistentes, é correto afirmar que é:

- a) ilícita se não houve a demonstração de má-fé do segurado, mesmo não tendo sido exigidos exames médicos prévios à contratação.

b) ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação, ainda que provada a má-fé do segurado.

c) ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

d) lícita mesmo quando não exigidos exames médicos, independentemente de boa-fé ou má-fé do segurado.

e) lícita, desde que expressamente prevista no contrato, independentemente da exigência ou não de exames médicos.

Questão 3

Segundo o STJ, é possível alterar os apelidos de família em todos os seguintes casos, EXCETO:

- a) A inclusão, por casamento, do patronímico materno no registro de nascimento de filho.
- b) A exclusão, por razões de ordem religiosa, do patronímico paterno.
- c) A inclusão, na hipótese de a pessoa ter sido criada desde tenra idade pelo padrasto, do patronímico deste.
- d) A alteração, quando da obtenção de dupla cidadania, dos sobrenomes intermediários diversos.
- e) A exclusão, procedente ação negatória de paternidade, do patronímico daquele que não é mais reputado pai.

Questão 4

Sobre a caducidade no Direito Civil brasileiro, assinale a alternativa correta, de acordo com a doutrina majoritária:

- a) Somente as ações condenatórias estão sujeitas à prescrição.
- b) Somente as ações constitutivas que não têm prazo fixado em lei implicam decadência.

c) A decadência se aplica somente às ações desconstitutivas, tenham ou não prazo fixado em lei.

d) As ações declaratórias podem se sujeitar a prazo prescricional ou decadencial, a depender do fundo do direito.

e) As ações declaratórias se sujeitam ao prazo prescricional geral do Código.

Questão 5

Prescreve em:

a) Dois anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

b) Cinco anos, a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento.

c) Três anos, a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador.

d) Três anos, a pretensão do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

e) Três anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

Questão 6

No contrato de corretagem, não será devida comissão se:

a) houver arrependimento unilateral de uma parte, sendo a outra inocente.

b) a corretagem for estabelecida por escrito, com cláusula de exclusividade, sendo iniciado e concluído o negócio diretamente entre as partes.

c) comprovada sua ociosidade, o negócio foi iniciado entre as partes, mas concluído com sua intermediação.

d) o contrato foi fixado por prazo indeterminado, havendo dispensa do corretor, sendo o negócio

concluído diretamente entre as partes, iniciado por aquele.

e) o negócio ocorrer após o término do prazo, desde que tenha sido concluído diretamente entre as partes.

Questão 7

No caso de condomínio em multipropriedade, é correto afirmar que o multiproprietário:

a) está sujeito a multa progressiva, no caso de descumprimento de qualquer de seus deveres.

b) sujeito a perda temporária do direito de utilização do imóvel em sua fração de tempo, no caso de descumprimento reiterado de deveres.

c) não responde pelas despesas decorrentes do uso normal e do desgaste natural do imóvel.

d) responde pelas despesas decorrentes do uso anormal, em solidariedade com os demais multiproprietários.

e) responde pelos danos causados ao mobiliário por qualquer de seus convidados, prepostos ou por pessoas autorizadas ou não a permanecer no imóvel.

Questão 8

Segundo as disposições do Código Civil brasileiro, o codicilo pode:

a) legar joias, independentemente do valor.

b) reabilitar herdeiro, por perdão expresso do testador.

c) estabelecer disposições a respeito de sufrágios por alma, do falecido e de seus sucessores.

d) nomear ou substituir testamentários e herdeiros.

e) dispor sobre esmolas de pouca monta a pessoas indeterminadas, naquele lugar.

Questão 9

A respeito da revogação do testamento, assinale a alternativa correta:

a) Quando o testamento posterior não contiver cláusula revogatória expressa, o anterior subsiste em tudo que não for contrário ao posterior.

b) Testamento público pode revogar testamento cerrado e testamento particular, bem como testamento cerrado pode revogar testamento particular, mas não o inverso.

c) A revogação produz efeitos ainda quando o testamento revogatório for anulado por infração de solenidades essenciais.

d) No testamento cerrado, se for aberto sem consentimento do testador, presume-se revogado.

e) O codicilo pode revogar o testamento particular, se for público aquele.

Questão 10

Sobre o pagamento indevido, assinale a alternativa correta:

a) A prova do pagamento indevido incumbe àquele que recebeu o pagamento.

b) Subjetivamente indevido o pagamento, quem o fez incorretamente tem ação in rem verso contra aquele que recebeu indevidamente, mas não contra o credor.

c) Cabe repetição de pagamento contra o credor de obrigação ilícita, de modo que não se locuplete este ilicitamente.

d) No caso da quitação por terceiro, aquele que pagou a dívida alheia dispõe de ação regressiva contra o verdadeiro devedor, mas não contra o fiador.

e) O pagamento indevido não é aplicável às obrigações de fazer ou de não fazer.

Direito Processual Civil

Questão 11

Assinale a alternativa correta:

a) A constitucionalização do direito infraconstitucional tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas anteriormente codificadas.

b) O modelo cooperativo, que atende à nova ordem do processo civil no Estado constitucional, propõe que o juiz seja assimétrico no decidir e na condução do processo.

c) É possível proferir decisão sem ouvir o réu em algumas hipóteses, como, por exemplo, em ações possessórias, tutelas provisórias de urgência e tutela de evidência quando as alegações de fato estiverem de acordo com julgamento de casos repetitivos.

d) Não se autoriza a retratação quando o magistrado resolve o processo sem resolução do mérito.

e) Na jurisdição voluntária, não é possível o juiz julgar com base na equidade.

Questão 12

Marque a alternativa correta:

a) O princípio da adstrição atribui à parte o poder de iniciativa para instaurar o processo civil.

b) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.

c) A competência para a ação de divórcio, separação e reconhecimento de união estável é de foros concorrentes e não subsidiários.

d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.

e) A incompetência relativa somente pode ser arguida por meio de exceção, não podendo o juiz, em hipótese alguma, declinar de ofício da competência em razão do lugar.

Questão 13

Assinale a alternativa incorreta.

a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b)

manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) A justiça estadual possui competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de conselho seccional da OAB.

c) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar. Ainda, a inversão do ônus da prova se aplica às ações de degradação ambiental.

d) Embora o STJ possua orientação de que constitui mera detenção a ocupação por particular de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, entende cabível o manejo dos interditos possessórios em face de outros particulares para a defesa da posse.

e) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

Questão 14

Marque a alternativa correta.

a) A intervenção de ente federal, a título de *amicus curiae*, desloca a competência para a Justiça Federal.

b) quando a prova pericial requerida pelo MP não seja realizada por entidade pública, caberá a ele, MP, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.

c) o magistrado poderá punir os membros da Defensoria Pública, Ministério Público, Advocacia Pública e Advocacia Privada por ato atentatório à dignidade da justiça se descumprirem os comandos jurisdicionais.

d) Instaura-se o incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

e) A gratuidade garante a isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

Questão 15

Considerando a jurisprudência sobre o NCPC, a resposta incorreta é:

a) Os novos julgadores convocados na forma do art. 942 do CPC/2015 poderão analisar todo o conteúdo das razões recursais, não se limitando à matéria sobre a qual houve divergência.

b) O rol do art. 1.015, CPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

c) O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.

d) Segundo o STJ, a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige apenas dois requisitos: a presença de laudo médico fundamentado sobre a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS, bem como existência de registro na ANVISA. O STF, porém, permite que haja concessão de medicamentos mesmo sem registro na ANVISA, desde que se comprove mora irrazoável da autarquia.

e) Na hipótese de duplicidade de intimações, prevalece a intimação eletrônica sobre aquela realizada por meio do Diário de Justiça.

Questão 16

Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidentalmente.

b) O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz não será considerado revel, mas lhe será aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

c) Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da

causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.

d) O MP deixou de apresentar parecer após o prazo legal que possuía para se manifestar como fiscal da ordem jurídica. Nessa situação, o juiz deverá requisitar os autos e dar andamento ao processo mesmo sem a referida manifestação.

e) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

Questão 17

A resposta correta, conforme o NCP e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Em regra, não é possível mais a alteração do pedido e da causa de pedir, depois do saneamento.

b) No cumprimento voluntário de sentença, o executado tem 15 dias corridos para pagar, podendo ser duplicado nos casos de litisconsortes cujos advogados sejam de escritórios distintos.

c) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.

d) É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

e) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

Questão 18

Segundo o NCP, é incorreto afirmar:

a) Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, o juiz deve oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na

medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

b) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

c) A impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.

d) Basta o inadimplemento de uma parcela, no todo ou em parte, para decretação da prisão civil prevista no art. 528, § 7º, do CPC, prisão esta que será em regime fechado.

e) As astreintes poderão ser fixadas na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, necessitando, para tanto, de requerimento da parte.

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta:

a) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

b) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Porém, a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

d) Uma vez interposta apelação, o juiz deve intimar o apelado para apresentar contrarrazões. Transcorrido o prazo de 15 dias, e não havendo interposição de apelação adesiva, deve remeter os autos ao tribunal, independentemente do juízo de admissibilidade.

e) O IRDR poderá ser instaurado quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

Questão 20

Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

a) Se a ação civil pública proposta pelo Ministério Público for julgada procedente, não cabe condenação em honorários advocatícios, por ser verba destinada a advogado.

b) Não há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo, sendo viável que a ação civil por improbidade seja proposta exclusivamente contra os particulares, sem concomitante presença do agente público no polo passivo da demanda.

c) A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela coletiva se restringe à proteção daquelas pessoas carentes de recursos econômicos.

d) O benefício do prazo em dobro aplica-se à defesa do ente público em sede de ação popular.

e) A ação de improbidade deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

Direito do Consumidor

Questão 21

No dia 25.05.2019, Jhenifer adquiriu um secador de cabelo nas lojas online picaretas.com.br e passados 60 dias da compra, a consumidora ainda não havia recebido o produto. Analisando, contudo, as informações de compra, a todo

momento ficou claro que o prazo para entrega da mercadoria seria de 90 (noventa) dias, inexistindo qualquer obscuridade nesta informação.

Na última quinta-feira, 08.08.2019, o produto finalmente chegou pelos Correios e estava em perfeitas condições de uso, exatamente como descrito na publicidade online. Jhenifer, porém, pretende desistir da compra. Analisando o caso concreto:

a) Jhenifer apenas poderia desistir da compra acaso apresentado algum vício no produto.

b) Jhenifer pode desistir da aquisição da compra em até 7 (sete) dias úteis a partir da aquisição, razão pela qual não cabe o direito de arrependimento no caso concreto.

c) Jhenifer tem até o 7 (sete) dias a contar do recebimento da mercadoria para desistir da aquisição, independente de qualquer justificativa.

d) A consumidora terá até o dia 19/08/2019 para desistir da aquisição sem precisar apresentar qualquer justificativa.

e) Uma vez que a informação passada pelo fornecedor foi clara quanto às condições, prazo de entrega e demais características do produto, não há que se falar em direito de arrependimento no caso concreto.

Questão 22

O Código de Defesa do Consumidor enumera a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica do fornecedor. Com base nisso, julgue os itens a seguir:

I. O CDC prevê apenas a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, segundo a qual se exige abuso da personalidade jurídica para se permitir o atingimento do patrimônio dos sócios.

II. Ainda que em benefício do consumidor, é vedada a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade pelo juiz após ter sido decretada a sua falência, diante da necessidade de formação do concurso universal junto ao Juízo Falimentar para tratamento isonômico de todos os credores da sociedade de acordo com a preferência de seus créditos.

III. Sempre que a personalidade jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, será possível a sua desconsideração e o atingimento do patrimônio dos sócios.

IV. Enquanto as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes de danos ao Consumidor, as sociedades coligadas só responderão por culpa.

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.
- e) Apenas III está correta.

Questão 23

Segundo o entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor nas seguintes relações jurídicas, com exceção de:

- a) relação jurídica entre a previdência aberta de previdência complementar e seus usuários.
- b) relação jurídica entre o plano de saúde de autogestão e seus usuários.
- c) relação jurídica entre instituição financeira e correntista.
- d) relação jurídica entre passageiro e companhia aérea em vôos nacionais.
- e) relação jurídica entre usuário e a concessionária de energia elétrica.

Questão 24

Importante disposição do Código de Defesa do Consumidor diz respeito à possibilidade de entidades civis de consumidores e associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular poderem estabelecer Convenção Coletiva de Consumo. Sobre esta, assinale a alternativa correta:

- a) Eventualmente, se um fornecedor se desligar da entidade em data posterior à celebração e registro

da Convenção Coletiva de Consumo, estará eximido de cumprir a avença.

b) A convenção coletiva de consumo poderá estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

c) A convenção coletiva de consumo tornar-se-á obrigatória a partir da homologação do instrumento pelo órgão do Ministério Público atuante junto ao PROCON local.

d) Assinada e registrada a convenção, esta obrigará todos os fornecedores que compõem a categoria econômica, ainda que não façam parte da respectiva associação.

e) Podem as partes signatárias da convenção fixar sanções em caso de seu descumprimento, inclusive para fins de imposição de penalidade administrativa pela autoridade competente.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 25

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção INCORRETA.

a) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.

b) A imposição de medidas socioeducativas ao adolescente pela prática de ato infracional é da competência exclusiva do juiz.

c) A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

d) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

e) É prescindível a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

Questão 26

Sobre a adoção, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos envolvendo adoção por pessoa ou casal domiciliado fora do país, o estágio de convivência deverá ser cumprido por no mínimo 90 dias.
- b) A adoção é ato personalíssimo, contudo pode ser realizado por procuração, com poderes especiais.
- c) Não é possível que a adoção conjunta seja transformada em unilateral *post mortem* caso um dos autores desista e o outro morra sem ter manifestado intenção e adotar unilateralmente.
- d) É indispensável a prévia decretação de perda do poder familiar do genitor vivo, pois a sua concordância não possui relevância na adoção.
- e) A idade mínima para adotar é de 21 anos, independentemente do estado civil e desde que o adotante seja, pelo menos, 16 anos mais velho que o adotando.

Questão 27

Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo, mas se o juiz não concordar, deverá remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça.
- b) A regressão da medida socioeducativa em decorrência da “reiteração no cometimento de outras infrações graves” exige no mínimo o cometimento de 3 de infrações.
- c) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas impõe a medida socioeducativa de internação ao adolescente.
- d) A medida socioeducativa de internação, imposta por tempo indeterminado, tem prescrição executória em 3 anos.

e) Em caso de aplicação de medida socioeducativa, a desinternação será compulsória aos 18 anos de idade.

Questão 28

Com base nas disposições do ECA e entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- a) As entidades não governamentais apenas funcionarão após o registro no cadastro nacional do CNJ.
- b) É vedado o caráter geral à portaria do juiz que disciplina a entrada de criança desacompanhada dos pais em teatro.
- c) O Conselho Tutelar é formado por 10 membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- d) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendente e descendentes até o 3º grau, sogro e genro/nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho e padrasto/madrasta e seu enteado.
- e) Compete ao juízo menorista conhecer da ação de regulamentação de visitas.

Direito Penal

Questão 29

Assinale a alternativa que apresente a teoria adotada pelo Código Penal a respeito da culpabilidade e o elemento deste substrato que fica excluído no caso de embriaguez completa involuntária:

- a) teoria normativa pura; exigibilidade de conduta diversa.
- b) teoria limitada; imputabilidade.
- c) teoria psicológica; imputabilidade.
- d) teoria normativa pura; exigibilidade de conduta diversa.
- e) teoria limitada; dolo.

Questão 30

João convivia com Narcisa, sendo que, após um desentendimento, romperam a relação. Fizeram um acordo na Vara de Família e Sucessões sobre a divisão dos bens. Narcisa, que reunia todos os bens durante a relação entre os dois, concordou em pagar a João uma quantia de R\$ 10.000.000,00 em dez parcelas mensais, iguais e sucessivas. Entretanto, após a composição, João faz um telefonema para Narcisa, exigindo que a quantia paga seja de quinze milhões de reais, bem como que o pagamento se dê em 5, e não 10 parcelas, caso contrário ele a matará.

João, com sua conduta acima descrita, cometeu o crime de:

- a) constrangimento ilegal.
- b) furto mediante fraude.
- c) roubo.
- d) extorsão.
- e) ameaça.

Questão 31

Em agosto de 2019, Sátiro, com nítido propósito lascivo, passa seu órgão sexual em uma passageira do metrô, enquanto ela está distraída em um vagão lotado. Além disso, chega a se masturbar, ejaculando na roupa da vítima.

Sátiro praticou a seguinte infração penal:

- a) crime de estupro.
- b) crime de estupro de vulnerável.
- c) crime de ato obsceno.
- d) contravenção de importunação ao pudor.
- e) crime de importunação sexual.

Questão 32

Assinale a alternativa que apresenta um crime ao qual, por expressa previsão legal, aplica-se o previsto no artigo 155, § 2º, do CP, que trata do furto privilegiado:

- a) extorsão.

- b) dano.

- c) fraude no comércio.

- d) fraude à execução.

- e) corrupção passiva.

Questão 33

Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

- a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

- b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

- c) Pode-se declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

- d) O benefício da suspensão do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

- e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

Questão 34

Édipo descobre que seu cônjuge, Sofia, conversou com o seu vizinho, o que ele já havia proibido, inclusive avisando que lhe espancaria caso visse isso ocorrer. Então, desejoso de ver a sua esposa morta, prepara uma sopa com veneno e já coloca sobre a mesa, esperando que, como de costume, ela saia do banho e já vá procurar seu jantar. Entretanto, seu filho, Márcio, de 18 anos de idade, chega da universidade mais cedo e, faminto, devora a sopa, morrendo em seguida.

Assinale a alternativa que demonstre o tipo de erro que ocorreu e o crime pelo qual Édipo deve responder:

a) erro de tipo e homicídio, com a qualificadora do uso de veneno.

b) erro sobre a pessoa e feminicídio, além da qualificadora do uso de veneno.

c) *aberratio delicti* e homicídio, com a qualificadora do emprego de veneno e a agravante de delito praticado contra descendente.

d) *aberratio ictus* e feminicídio, além da qualificadora do uso de veneno.

e) *error in persona* e homicídio, com a qualificadora do emprego de veneno e a agravante de delito praticado contra descendente.

Questão 35

Ícaro cometeu o crime de roubo, utilizando-se de uma faca, em novembro de 2015, tendo conseguido evadir com um celular da vítima. Após algumas horas de procura, a polícia o prendeu com o objeto subtraído. O delegado homologou o flagrante, tendo sido denunciado e processado regularmente.

Imagine que somente hoje o processo respectivo tenha ido, ao seu gabinete, concluso para sentença. Há certidão e folha de antecedentes que demonstram ter sido ele condenado pela contravenção penal de jogo do bicho (artigo 58 da LCP), com trânsito em julgado em 2014. Assinale a alternativa que, corretamente, apresente o crime cometido e o lapso temporal exigido, da pena, para livramento condicional:

a) roubo simples e um terço da pena.

b) roubo majorado e metade da pena.

c) roubo qualificado e dois terços da pena.

d) roubo simples e metade da pena.

e) roubo majorado e um terço da pena.

Questão 36

Assinale a alternativa incorreta:

a) estupro corretivo é o praticado para controlar o comportamento social ou sexual da vítima.

b) excesso intensivo na legítima defesa é o que se relaciona aos meios utilizados pelo agente para repelir a injusta agressão, que sobejam o necessário.

c) o crime de estupro, no caso de vítima maior de 18 anos, é de ação penal pública condicionada à representação.

d) o uso de cenas de sexo do casal para se vingar de ex-namorada configura uma forma majorada do delito previsto no artigo 218-C do CP, denominado de Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

e) o feminicídio é majorado caso praticado na presença virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Direito Processual Penal

Questão 37

A respeito das provas, assinale a alternativa correta:

a) Vigora no Brasil o sistema da íntima convicção do juiz, que poderá livremente formar a sua convicção, independentemente de fundamentação.

b) De acordo com a lei, o juiz só poderá determinar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes após iniciada a ação penal.

c) Nos crimes que deixarem vestígios, a confissão do acusado suprirá a ausência de exame de corpo de delito direto ou indireto.

d) Pela “teoria dos frutos da árvore envenenada” adotada pelo CPP, todas as provas que derivarem de provas ilícitas também padecerão de ilicitude e deverão ser desentranhadas do processo.

e) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Questão 38

No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta:

a) O ofendido ou seu representante legal ou, na falta deles, o cônjuge, os ascendentes, os descendentes ou irmãos, poderão intervir como assistentes do MP em ações penais públicas.

b) Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

c) Na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a perempção.

d) Nos termos da legislação processual penal, a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

e) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal por não haver previsão na lei processual que autorize o exercício da referida ação por pessoa jurídica.

Questão 39

Considerando as disposições legais e entendimentos dos tribunais superiores acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

a) O não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri, intimadas regularmente acusação e defesa, gera nulidade absoluta, conforme já decidiu o STF.

b) O desaforamento é admitido por interesse da ordem pública, em razão de dúvida sobre a imparcialidade do júri, em razão de dúvida sobre a segurança pessoal do réu e não realização de julgamento, no período de um ano a contar da preclusão da pronúncia, em virtude de comprovado excesso de serviço.

c) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte, salvo a leitura de jornais ou quaisquer outros escritos que versem sobre a matéria de fato submetida a julgamento.

d) O jurado, por não ser magistrado de carreira, não poderá ser responsabilizado criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados.

e) Tratando-se de processos de competência do tribunal do júri, deve ser anulada a sentença de absolvição sumária imprópria de acusado fundamentada na demonstração de sua inimputabilidade quando, além desta, houver outras teses defensivas sustentadas por sua defesa.

Questão 40

Assinale a alternativa que corretamente represente o entendimento sumulado do STF a respeito das nulidades processuais:

a) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

b) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

c) É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

d) A nomeação de defensor dativo supre a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

e) É relativa a nulidade decorrente da falta de quesito obrigatório no julgamento pelo Júri.

Questão 41

Acerca da sentença no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) Pelo instituto da *emendatio libelli*, o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

b) O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor máximo para reparação dos danos causados

pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

c) Apenas com o trânsito em julgado da sentença condenatória é que serão cessadas as medidas cautelares eventualmente impostas ao acusado.

d) Admite-se a *mutatio libelli* em segundo grau de julgamento.

e) Em se tratando de crime de ação penal pública, o Ministério Público, ao final da instrução probatória, se convencido da inocência do acusado, poderá pedir a sua absolvição e, nesse caso, o juiz ficará vinculado ao pedido do *parquet*.

Questão 42

A respeito dos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

a) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.

b) A apelação constitui espécie de recurso dotado de efeito regressivo.

c) Admite-se a interposição de embargos infringentes ou de nulidade, em desfavor do réu, pelo Ministério Público.

d) Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

e) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

Questão 43

A respeito das questões e processos incidentes no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) O exame médico-legal, determinado pelo juiz para esclarecer dúvida sobre a integridade mental do autor do crime, poderá ser realizado somente na fase da ação penal.

b) O deferimento das medidas assecuratórias de natureza patrimonial previstas no Código de

Processo Penal está submetido ao princípio da jurisdicionalidade.

c) As exceções, via de regra, suspendem o andamento da ação penal.

d) Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa da prevista no artigo anterior, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal deverá suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

e) A arguição de falsidade, feita por procurador, não exige poderes especiais.

Questão 44

Assinale a alternativa correta em relação aos meios de comunicação dos atos processuais:

a) O processo terá completada a sua formação quando recebida a denúncia em desfavor do acusado.

b) A citação por edital será válida, ainda que não transcreva a denúncia, bastando indicar o dispositivo da lei penal.

c) No caso de citação pessoal, a contagem do prazo para apresentação de defesa inicia-se na data da juntada do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

d) A carta rogatória para citação de réu que se encontra em lugar sabido, no estrangeiro, não suspende o curso do prazo de prescrição até seu cumprimento.

e) A citação por hora certa não está prevista, expressamente, no Código de Processo Penal, sendo aplicável por analogia no processo penal em decorrência das disposições do Código de Processo Civil.

Legislação Penal Especial

Questão 45

Em investigação preliminar feita por Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, descobre-se lavagem de capitais feita por uma associação

criminosa. Por razões cautelares, o relator da CPI, utilizando poderes similares à de autorização judiciária, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer autorização do juiz competente. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o parlamentar

a) agiu corretamente, considerando a urgência e a necessidade da medida.

b) incorreu no crime previsto na Lei das interceptações telefônicas.

c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova quando o delito investigado é de associação criminosa.

d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação preliminar, sendo válida apenas durante a ação penal.

e) não agiu corretamente, porque a manifestação prévia do titular da ação penal, mesmo sem autorização judicial, é imprescindível.

Questão 46

É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

a) continua inafiançável.

b) se trata de crime de perigo abstrato.

c) se trata de crime com vítima certa e determinada.

d) é crime de mão-própria.

e) é insuscetível de liberdade provisória.

Questão 47

Carlos, vulgo “Punhada”, agente da Polícia Federal, após ser verbalmente agredido por Jonny “Cauby”, logo após ter dado voz de prisão por flagrante próprio, decide, por razões pedagógicas, com unidade de desígnios junto com a autoridade policial, deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a referida prisão. Diante dessa

situação, é correto afirmar que o Agente Policial e o Delegado:

a) cometeram abuso de autoridade, estando sujeitos às sanções administrativa, civil e penal.

b) cometeram ato administrativo nulo, sem repercussão nas demais esferas de tutela jurídica.

c) não cometeram abuso de autoridade, por tratar-se de retaliação lícita contra a investida do criminoso preso.

d) não cometeram abuso de autoridade, por força desse prazo ser mera irregularidade em situações de flagrante próprio.

e) cometeram abuso de autoridade, sujeitando os criminosos apenas à sanção penal.

Questão 48

A respeito da Lei 7.716/89 - Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor -, não possui tipicidade formal as seguintes condutas abaixo indicadas:

a) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

b) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

c) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.

d) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.

e) recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Questão 49

Assinale a alternativa que apresenta a rubrica de um delito falencial, previsto na Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei n. 11.101/2005:

a) Gestão temerária da empresa.

- b) Lavagem de capitais, bens e valores decorrentes de receitas originárias empresariais.
- c) Contabilidade paralela feita por profissional sem habilitação.
- d) Violação de sigilo funcional, quando o funcionário público acumula função.
- e) Fraude a credores.

Questão 50

A respeito da Lei de Violência Doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), indique a alternativa CORRETA:

- a) o rol das formas de violência contra a mulher é taxativo, não admitindo ampliação de outras formas de violência contra a mulher.
- b) as lesões corporais (gravíssima, grave e leve) são de ação penal pública incondicionada, não se podendo falar de ação pública incondicionada quando presente o elemento subjetivo culpa.
- c) empregada doméstica recebe proteção específica da Lei Maria da Penha e residir no local de trabalho.
- d) nas ações penais públicas incondicionadas, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- e) admite-se, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de prestação pecuniária.

Direito Constitucional

Questão 51

Sobre os direitos fundamentais garantidos na Constituição (CRFB), segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

- a) o Estado, ao lançar mão de ações afirmativas, como as cotas raciais, desafia os princípios da igualdade, da moralidade e da eficiência, além de fomentar o preconceito.
- b) como não há direito absoluto, o direito à liberdade é incompatível com a produção de

biografias não autorizadas ou com a veiculação de charges, sátiras e paródias sobre candidatos em programas humorísticos durante o período eleitoral.

c) É inconstitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

d) o direito de o preso não ser submetido a tratamento desumano ou degradante cede quando em confronto com o direito à segurança da sociedade, inclusive porque é do Poder Executivo estadual a responsabilidade pelo estado de coisas inconstitucional do sistema prisional.

e) o transgênero, pessoa que não se identifica psiquicamente com seu gênero biológico, se assim o desejar, pode, independentemente da cirurgia de redesignação sexual ou da realização de tratamentos hormonais, solicitar a alteração de seu prenome e de seu gênero (sexo) diretamente no registro civil.

Questão 52

A Constituição Federal de 1988 inovou, ao estabelecer princípios que governam as relações internacionais, marque a alternativa que NÃO contempla os princípios fixados pela CF.

- a) Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz.
- b) Concessão de asilo político, solução pacífica de conflitos, defesa da paz, igualdade entre os Estados.
- c) Não intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, não-intervenção, prevalência de direitos humanos.
- e) Integração econômica entre os povos, prevalência de direitos humanos, erradicação das desigualdades.

Questão 53

Lei de certo Estado, fruto de projeto de iniciativa parlamentar, determinou que o valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos tenha como limite máximo aquele estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, tendo, ainda, instituído para os referidos servidores regime de previdência complementar, de caráter facultativo. Na sequência, o Governador do Estado editou decreto criando autarquia para administrar o regime de previdência complementar. Nessa situação, observa-se que a Constituição Federal foi contrariada APENAS no que toca à

- a) iniciativa da lei estadual, que é privativa do Poder Executivo, bem como à edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
- b) instituição de regime de previdência complementar por lei, uma vez que cabe privativamente ao Governador fazê-lo por decreto.
- c) edição de decreto criando a autarquia, uma vez que a entidade somente poderia ter sido criada por lei específica.
- d) limitação do valor das aposentadorias e pensões dos titulares de cargos públicos efetivos, uma vez que apenas os benefícios dos titulares de cargos públicos em comissão poderiam ter sido limitados.
- e) criação de autarquia para administrar o regime de previdência complementar, uma vez que deveria ter sido criada entidade de natureza privada para esse fim.

Questão 54

O foro por prerrogativa de função, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF),

- a) pode ser previsto, pela Constituição Estadual, em favor dos Delegados de Polícia, em respeito à autonomia dos estados-membros e ao princípio federativo.
- b) teve seu rol de beneficiários reduzido recentemente pelo STF, a exemplo do que já acontece em outros países, como Alemanha, Itália e Portugal.

c) inicia-se com a diplomação do parlamentar federal e encerra-se com o término do mandato, qualquer que seja o estágio do processo.

d) cessa, e o processo segue para a primeira instância se o parlamentar renunciar ou perder o cargo durante o prazo para apresentação de alegações finais.

e) por mutação constitucional, passou a aplicar-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e diretamente relacionados às suas funções, de modo que o crime cometido por parlamentar após a diplomação, mas sem relação direta com o cargo, será processado e julgado em primeiro grau.

Questão 55

Relativamente ao funcionamento e composição dos órgãos do Poder Judiciário, a Constituição Federal estabelece que

a) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes..

b) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em todos os juízes e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

c) os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, cinco juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

d) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, vinte e dois Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

e) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e exercem função jurisdicional em todo o território nacional.

Questão 56

Sobre o Poder Judiciário e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:

a) Compete ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal Regional Federal, conforme o caso, julgar o habeas corpus contra decisão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais, estando superada a Súmula 690 do Supremo Tribunal Federal, mas o julgamento de mandado de segurança contra ato de Turma Recursal cabe à própria Turma.

b) A competência originária do Supremo Tribunal Federal está definida em rol exaustivo da Constituição Federal, não sendo admitido o processo e julgamento pela Suprema Corte de ação popular mesmo que instaurada contra autoridades que, em sede de mandado de segurança, estão sujeitas à jurisdição imediata do Tribunal, a exemplo do Presidente da República.

c) No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine sua admissão, não se aplicando o requisito ao recurso extraordinário em matéria criminal, em razão da imanente repercussão geral, pois em jogo, de regra, a liberdade de locomoção, prevista no rol dos direitos fundamentais.

d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso, não sendo a medida cabível, contudo, quando ajuizada em data posterior ao trânsito em julgado da decisão reclamada.

e) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas relativas ao restabelecimento de

benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social.

Questão 57

As Comissões Parlamentares de Inquérito, constituídas no âmbito do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal,

a) não estão sujeitas a controle jurisdicional de abusos porque é preciso preservar a independência do Poder Legislativo.

b) são projeção orgânica do Poder Legislativo e estão sujeitas ao controle jurisdicional originário do Supremo Tribunal Federal.

c) decretam, de modo legítimo e por autoridade própria, a quebra do sigilo fiscal de pessoas por elas investigadas, sem necessidade de motivação.

d) se requeridas pelas minorias legislativas, mediante pedido subscrito por um terço dos parlamentares, dependem da anuência das maiorias parlamentares, uma vez que constituem prerrogativa constitucional destas últimas.

e) investem-se de poderes de investigação próprios da autoridade judicial, podendo apurar fatos indeterminados.

Questão 58

Os direitos fundamentais despontaram para assegurar às pessoas a possibilidade de ter uma vida digna, livre e igualitária. Os direitos e garantias fundamentais estão disponíveis na CF/1988 do artigo 5º ao 17º dispostos em direitos e garantias individuais, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, difusos e coletivos. Os direitos e deveres individuais e coletivos são encontrados nas constituições de quase todos os países democráticos. O constitucionalismo moderno indica que esses direitos sejam ponto de partida na ordem jurídica. Isso posto, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos citados direitos e deveres.

a) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

b) A decisão que determina o arquivamento de inquérito policial, a pedido do Ministério Público e determinada por juiz competente, que reconhece que o fato apurado está coberto por excluyente de ilicitude, não afasta a ocorrência de crime quando surgirem novas provas, suficientes para justificar o desarquivamento do inquérito.

c) Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

d) A utilização de gravação de conversa telefônica feita por terceiro com a autorização de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é lícita, quando há, para essa utilização, excluyente da antijuridicidade.

e) A CF autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial.

Questão 59

Assinale a alternativa incorreta

a) O STF considera constitucional a aplicação de subteto remuneratório estadual ou distrital, no âmbito do Poder Judiciário, correspondente ao subsídio dos desembargadores do tribunal de justiça local.

b) A cláusula da reserva do possível, diante da garantia constitucional do mínimo existencial, enquanto emanação direta do postulado essencial da dignidade da pessoa humana, não pode ser invocada pelo Estado com a finalidade de frustrar ou inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição.

c) É lícito ao Poder Judiciário, considerando a supremacia da dignidade da pessoa humana, impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais.

d) A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da

Administração Pública, caracterizando-se inconstitucional a abstenção do dever de implementar políticas públicas definidas no próprio texto constitucional.

e) Pelo princípio da proibição do retrocesso em matéria de direito a prestações positivas do Estado, a ação estatal deve caminhar no sentido de ampliação dos direitos fundamentais e de assegurar-lhes a máxima efetividade possível, ou que, depois de consagrá-los, não possa eliminá-los sem alternativas ou compensações.

Questão 60

Considere as afirmações seguintes:

I) A exigência de idade mínima de quatro anos para ingresso na educação infantil bem como a fixação da data limite de 31 de março para que a idade esteja completa são constitucionais.

II) O município rege-se á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e promulgada pelo Chefe do Poder Executivo.

III) A CF estabelece competência suplementar dos municípios, consistente na autorização de regulamentar as normas estaduais para ajustar sua execução a peculiaridades locais, sempre em consonância com aquelas.

IV) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da CE.

V) Os tribunais de justiça não podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da CF, ainda que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.

Estão apenas corretas as assertivas

a) II, III e IV

b) II, IV e V.

c) II, III e V.

d) I, III e IV.

e) I, II e III.

Direito Eleitoral

Questão 61

Acerca das inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

- a) A inelegibilidade do art. 14, §7º, da Constituição não alcança o cônjuge supérstite (sobrevivente, viúvo) quando o falecimento tiver ocorrido no primeiro mandato, com regular sucessão do vice-prefeito, e tendo em conta a construção de novo núcleo familiar.
- b) A vedação ao exercício de 3 mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar não se aplica na hipótese em que um dos mandatos tenha sido para suceder o eleito que foi cassado.
- c) As hipóteses de inelegibilidade só se aplicam para eleições gerais, não valendo para o caso de eleições suplementares.
- d) São inelegíveis os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato de improbidade administrativa.
- e) Os analfabetos são absolutamente inelegíveis, contudo, não é possível o reconhecimento do analfabetismo depois de o candidato ter sido eleito e diplomado.

Questão 62

Acerca dos crimes eleitorais, marque a opção correta.

- a) Deixar o juiz e os membros da Junta de recolher as cédulas apuradas na respectiva urna, fechá-la e lacrá-la, assim que terminar a apuração de cada seção e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a providencia pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes.
- b) O crime de corrupção eleitoral configura-se com a mera promessa de vantagem, mesmo que de caráter geral e posta como um benefício à coletividade, não se exigindo, portanto, dolo específico consistente na obtenção de voto de determinados eleitores ou na promessa de abstenção.

c) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena de crime eleitoral, sem mencionar o *quantum*, deve o juiz, guardados os limites da pena cominada ao crime, fixá-lo em ½.

d) Quando há a prática de crimes comuns conexos com os de natureza eleitoral, haverá a necessária separação dos processos, por expressa previsão do Código Eleitoral que é norma especial em relação ao CPP.

e) A competência da justiça eleitoral em matéria criminal segue a simetria constitucional para os agentes que possuam foro por prerrogativa da função, alcançando os crimes políticos.

Questão 63

Acerca da organização da Justiça Eleitoral, assinale a opção correta.

- a) É prescindível para o registro de pesquisas de opinião pública a respeito das eleições e dos candidatos que delas participam a origem dos recursos utilizados no pagamento de tal pesquisa.
- b) Haja vista investido de poder de polícia, tem legitimidade o juiz eleitoral para, de ofício, instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a Lei 9.504/97.
- c) Dentre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais há representantes do Ministério Público.
- d) Os Procuradores da Justiça serão designados para officiar junto aos Juízes Federais e junto aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- e) Ao juiz eleitoral compete tanto o registro quanto a cassação do registro de candidato a prefeito.

Questão 64

A respeito das relações entre os sistemas eleitorais e os sistemas partidários, julgue os itens.

I – Nas eleições presidenciais, quando for caso de 2 turnos, se ocorrer a morte de candidato, não poderá o partido promover a respectiva substituição.

II - Nas eleições presidenciais, quando for caso de 2 turnos, se ocorrer a desistência de candidato,

não poderá o partido promover a respectiva substituição.

III - Nas eleições presidenciais, quando for caso de 2 turnos, se ocorrer o impedimento legal de candidato, não poderá o partido promover a respectiva substituição.

Com base nestas afirmativas, assinale a alternativa correta.

- a) apenas o item II está correto.
- b) apenas os itens II e III estão corretos.
- c) apenas os itens I e II estão corretos.
- d) todos os itens estão corretos.
- e) todos os itens estão incorretos.

Questão 65

Acerca do processo eleitoral, marque a alternativa correta.

- a) O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e da prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.
- b) O pedido de abertura de investigação judicial para apurar o uso indevido de poder econômico, através de representação à Justiça Eleitoral, poderá ser feito apenas por qualquer partido político ou pelo Ministério Público Eleitoral.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da proclamação dos resultados eleitorais.
- d) O prazo de interposição do recurso especial eleitoral é de 2 dias.
- e) O prazo para a oposição dos embargos de declaração em matéria eleitoral é de 2 dias.

Direito Empresarial

Questão 66

De acordo com a Lei Complementar nº 123/06, entende-se por pequeno empresário:

- a) O empresário individual, caracterizado como microempresa, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.
- b) O empresário individual e a sociedade empresária, caracterizados como microempresa, que auferam receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.
- c) A sociedade empresária, caracterizada como microempresa, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.
- d) O empresário individual, caracterizado como microempresa ou como empresa de pequeno porte, que aufera receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.
- e) O empresário individual e a EIRELI, caracterizados como microempresa, que auferam receita bruta anual até o limite previsto de R\$81.000,00.

Questão 67

ACLIBES é produtor rural desde 2010, mas apenas se registrou na Junta Comercial em 2018. Ocorre que, em junho de 2019, apresentou pedido de recuperação judicial. A partir desse enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) O pedido deve ser rejeitado, já que ACLIBES está inscrito na Junta Comercial faz menos de 2 (dois) anos.
- b) O pedido pode ser processado, mas os créditos anteriores ao registro não se submetem à recuperação judicial.
- c) O pedido pode ser processado, desde que ACLIBES demonstre o exercício de atividade rural por período superior a 2 (dois) anos, e os créditos anteriores ao registro também se submetem à recuperação judicial.
- d) O pedido não pode ser processado, ainda que ACLIBES demonstre o exercício de atividade rural por período superior a 2 (dois) anos.
- e) Mesmo que processado o pedido, os débitos anteriores ao registro não se submetem à recuperação judicial, já que a inscrição na Junta Comercial gera efeitos ex nunc.

Questão 68

A respeito do trade-dress, assinale a alternativa correta:

- a) A proteção jurídica ao conjunto-imagem de um produto ou serviço se estende à funcionalidade técnica.
- b) Assim como a marca, o trade dress pode ser registrado no INPI.
- c) Ao contrário da marca, o trade dress não pode ser registrada, de modo que sua proteção decorre, exclusivamente, do Direito Penal, conforme já destacou o STJ.
- d) A proteção jurídica ao conjunto-imagem de um produto ou serviço não se estende à funcionalidade técnica.
- e) Trade dress e marca tridimensional são a mesma coisa.

Questão 69

Conforme a MP nº 881/19, que aguarda votação no Congresso Nacional:

- a) Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, hipótese em que não se confundirá, em qualquer situação, com o patrimônio do titular que a constitui, ressalvados os casos de fraude.
- b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada, por exemplo, pelo cumprimento esporádico pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- c) Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) Desvio de finalidade é a utilização dolosa ou culposa da pessoa jurídica que implique lesão de credores.
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo,

desconsiderá-la para que os efeitos de todas as relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados diretamente pelo abuso.

Questão 70

Quanto às Juntas Comerciais, assinale a alternativa correta.

- a) As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).
- b) A Junta Comercial do Distrito Federal é subordinada administrativa e tecnicamente ao DREI.
- c) De acordo com a Lei nº 8.934/94, o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) tem funções executora e administradora dos serviços de registro.
- d) As Juntas Comerciais têm funções supervisora, orientadora, coordenadora e normativa, na área técnica.
- e) Haverá um DREI (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração) em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva.

Questão 71

De acordo com o STJ, a prestação de aval:

- a) Sempre exige outorga conjugal, sob pena de invalidade da garantia.
- b) Nunca exige outorga conjugal em razão da superidade técnica do Direito Empresarial sobre o Direito Civil.
- c) Exige outorga conjugal, salvo se prestada na duplicata em razão de expressa dispensa legal.
- d) Exige outorga conjugal nos títulos nominados regrados pelo Código Civil.

e) Exige outorga conjugal nos títulos inominados regradados pelo Código Civil.

Questão 72

A respeito do instituto conhecido como “goela abaixo”, assinale a alternativa correta:

- a) Embora criado no Direito Administrativo, tem sido largamente utilizado dentro do Direito Marcário.
- b) Trata-se de hipótese excepcional do Direito Concursal, em que o julgador pode, excepcionalmente, conceder a recuperação judicial, ainda que reprovado o plano pela AGC.
- c) Permite que a Junta Comercial deixe de seguir as orientações técnicas do DREI quando constatar ilegalidade nas disposições normativas.
- d) No campo concorrencial, é identificado também como gun jumping.
- e) Trata-se de hipótese excepcional do Direito Concursal, em que o julgador pode indeferir o pedido de recuperação judicial, ainda que aprovado o plano pela AGC.

Questão 73

A respeito do capital social na sociedade limitada, assinale a alternativa correta:

- a) No prazo de noventa dias, contado da data da publicação da ata da assembléia que aprovar a redução do capital social, o credor com garantia real, por título líquido anterior a essa data, poderá opor-se ao deliberado.
- b) Pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato, antes de integralizado, se houver perdas irreparáveis.
- c) A quota é divisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
- d) Ressalvado o disposto em lei especial, integralizadas as quotas, pode ser o capital aumentado, com a correspondente modificação do contrato.

e) O capital social divide-se em quotas, que não podem ser desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Direito Tributário

Questão 74

Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2018, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2019, foi publicada a Lei Municipal 12.000/2019, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, o processo administrativo fiscal ainda tramitava, porque a instituição recorreu da decisão que manteve o Auto de Infração. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.
- b) É vedada a cobrança dos juros e da multa de 20% cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.
- c) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.
- d) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.000/2019.
- e) A entidade educacional deve pagar o valor da obrigação principal acrescido de multa no percentual de 10%, sendo ilegal a exigência de juros moratórios.

Questão 75

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

Questão 76

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) Como regra geral, cabe à lei complementar instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição autorizou expressamente à lei ordinária essa incumbência.
- c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei complementar pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

Questão 77

Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IPI deve ser progressivo, variando em função da essencialidade do produto.
- b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) A cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural, ainda que não desempenhe atividade empresarial e o faça para uso próprio, não ofende a Constituição Federal.
- d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.
- e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

Questão 78

Julgue os itens a seguir, de acordo com o entendimento do STF:

- I) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - II) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
 - III) É inconstitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários instituída pela Lei 7.940/1989.
 - IV) Viola o art. 167, IV, da Constituição Federal lei estadual que, ao prever o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, impõe ao Chefe do Executivo a divulgação da aplicação dos recursos provenientes desse aumento.
- a) Apenas a afirmativa do item IV está incorreta.
 - b) Apenas a afirmativa do item III está incorreta.
 - c) As afirmativas dos itens I, II e III estão corretas.
 - d) Estão incorretas as afirmativas dos itens III e IV

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 79

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.
- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.
- e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Questão 80

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.
- b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 81

Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

Questão 82

Julgue os itens a seguir:

I) Embora a competência para instituição de taxas seja comum, isso não significa afirmar que as entidades federativas podem instituir taxas para o custeio de *qualquer* serviço público específico ou divisível ou para o custeio de *qualquer* atividade fiscalizatória. Há a necessidade de pertinência

entre a atividade estatal e a competência da entidade federativa.

II) Diferentemente do que ocorre com a taxa de serviço público, que pode ser cobrada em razão de uma prestação potencial, tratando-se de taxa de polícia, a sua cobrança apenas se justifica diante do exercício regular da atividade fiscalizatória, sendo vedada a cobrança em potencial

III) O serviço público específico (*uti singuli*) é aquele que é usufruído individualmente por cada um dos seus usuários, contrapondo-se ao serviço público geral ou genérico (*uti universi*), no qual os administrados fruem coletivamente da atividade estatal. Ambos podem ser remunerados por meio de taxas.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) Apenas a afirmativa do item III está incorreta.

Questão 83

Sobre as contribuições de melhoria, julgue os itens a seguir:

I) A competência tributária para instituir contribuições de melhoria é comum, ou seja, pode ser exercida por todas as entidades federativas.

II) A contribuição de melhoria pode ser instituída para custear obras de recapeamento asfáltico, sendo desnecessário, nesse caso específico, a demonstração da valorização imobiliária.

III) O valor da contribuição de melhoria deve observar como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

- a) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- b) As afirmativas dos itens I e II estão corretas.
- c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
- d) As afirmativas dos itens II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa do item III está correta.

Questão 84

Julgue os itens a seguir, de acordo com a disciplina constitucional dos empréstimos compulsórios:

I) O empréstimo compulsório pode ser instituído por medida provisória, desde que haja a sua conversão em lei antes do término do exercício financeiro.

II) É possível a instituição de empréstimo compulsório para o atendimento de despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

III) É possível a instituição de empréstimo compulsório para custeio de investimento público de caráter urgente ou de relevante interesse nacional

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) As afirmativas II e III estão corretas.

Questão 85

Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.

c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal primária.

Questão 86

Julgue os itens a seguir:

I) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei complementar específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

II) a isenção pode ser concedida por prazo certo ou por prazo indeterminado. No primeiro caso, a isenção só vale pelo período determinado pela legislação; no segundo, até que a norma isentiva seja modificada.

III) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.
- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) As afirmativas II e III estão corretas.

Direito Ambiental

Questão 87

Marque a alternativa correta:

- a) O princípio ambiental da prevenção aplica-se quando não há certeza científica sobre os danos ambientais que podem ser causados pela atividade.
- b) Na aplicação do princípio da precaução aplica-se a inversão do ônus da prova.
- c) As limitações ambientais decorrentes da aplicação do princípio da função socioambiental da propriedade geram, regra geral, direito a indenização ao proprietário do bem.
- d) O princípio da proibição do retrocesso ambiental (efeito cliquet), por não estar expresso na Carta

Magna, não é um princípio reconhecido pela doutrina.

e) Na seara da responsabilização penal da pessoa jurídica por crime ambiental aplica-se a teoria da dupla imputação.

Questão 88

As competências administrativa e legislativa em matéria ambiental são, respectivamente:

- a) Exclusiva da União e Comum entre todos os entes federados.
- b) Comum entre todos os entes federados e Exclusiva dos Municípios.
- c) Concorrente entre União e Estados e Exclusiva da União.
- d) Comum entre todos os entes federados e Concorrente entre União, Estados e DF.
- e) Ambas são comuns a todos os entes federados.

Questão 89

Assinale a alternativa correta:

- a) Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação pode-se afirmar que não é permitido o uso de recursos naturais, em nenhuma hipótese, nas unidades de conservação pertencentes ao grupo de proteção integral.
- b) O STJ decidiu que a formalização de qualquer das modalidades de unidade de conservação não invalida as licenças ambientais anteriormente concedidas.
- c) Para a Estação Ecológica e para a Reserva Biológica é dispensada a consulta pública.
- d) A reserva da biosfera é uma unidade de proteção pertencente ao grupo de proteção integral.
- e) Os recursos financeiros provenientes da compensação ambiental não podem ser destinados a unidades do grupo de uso sustentável quando a unidade afetada não pertencer a este grupo.

Questão 90

Assinale a alternativa correta:

- a) As áreas de preservação ambiental – APP só podem ser encontradas em área rural.
- b) O STF deu interpretação conforme a Constituição para fixar o entendimento de que os entornos das nascentes e dos olhos d'água INTERMITENTES também configuram APP.
- c) A responsabilidade administrativa ambiental, da mesma forma que a responsabilidade civil, é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- d) O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental é um título executivo judicial lavrado pelos órgãos públicos (Ministério Público, União, Estados, DF, Municípios), após a realização de acordo entre o órgão público ambiental e o agente responsável pelo dano ambiental causado ou na iminência de ocorrer, onde este se compromete a ajustar seu comportamento, de modo a obedecer às exigências legais, com vistas a garantir a reparação integral e/ou a prevenção da degradação ambiental.
- e) O STJ reconheceu que, tratando-se de atividades realizadas em mais de um estado federativo ou quando os impactos ambientais ultrapassarem os limites territoriais, cabe a todos os órgãos estaduais envolvidos, em conjunto, expedir a respectiva licença ambiental.

Direito Administrativo

Questão 91

Acerca do prazo prescricional aplicável às infrações administrativas capituladas como crime, é correto dizer:

- a) O prazo prescricional previsto na lei penal se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime independentemente da apuração criminal da conduta do servidor.
- b) O prazo estabelecido no Estatuto do Servidor prevalece sobre o da lei penal, se diferentes, devido ao critério da especialidade.
- c) Possui, em verdade, natureza decadencial por aplicar-se a procedimento administrativo.

d) Será de 5 anos, independentemente da infração praticada.

e) A aplicação do prazo previsto na lei penal exige a demonstração da existência de apuração criminal da conduta do servidor.

Questão 92

“A Escola considera que cabe precipuamente ao Estado de Direito a função de proteger o cidadão contra o arbítrio das autoridades”. A citação acima referida é coerente com a seguinte Escola de Direito Administrativo:

- a) Escola de Bourdeaux, conhecida também como “Escola do Serviço Público”, no viés defendido por Leon Duguit.
- b) Escola de Bourdeaux, conhecida também como “Escola do Serviço Público”, no viés defendido por Gaston Jèze.
- c) Escola de Toulouse, defendida por autores como Maurice Hauriou, Batbie, Vedel e Rivero.
- d) Escola de Strasburgo, capitaneada por Carré de Malberg, Einsenmann, Burdeau, Prélot e Capitant.
- e) Escola Técnico-Formalista, atualmente majoritária entre os autores brasileiros.

Questão 93

De acordo com a concepção doutrinária mais alinhada aos interesses institucionais da magistratura, pode-se dizer que as funções desempenhadas pelo juiz de direito enquadram-se como sendo de:

- a) Natureza estatutária, em regime de cargo público, submetidas a regras cuja alteração não está submetida à anuência do magistrado.
- b) Natureza política, semelhantemente ao regime jurídico aplicável a parlamentares, Chefes do Executivo e promotores de justiça.
- c) Juridicamente equiparadas às tarefas comissionadas, exceto quanto à livre nomeação e livre exoneração.

d) Natureza especial, tendo vinculação contratual híbrida com ajustes submetidos a anuência entre as partes.

e) Natureza especial, tendo vinculação não contratual, mas com ajustes submetidos a anuência entre as partes.

Questão 94

Quanto ao teto remuneratório aplicável aos magistrados estaduais, está CORRETO afirmar que os juízes:

a) sujeitam-se direta e exclusivamente ao teto geral que consiste no subsídio mensal de Ministros do STF.

b) sujeitam-se ao subteto estadual válido para os quadros do Judiciário do Estado, limitado ao subsídio mensal pago aos respectivos Desembargadores.

c) sujeitam-se ao subteto estadual, cabendo à Lei Orgânica da Magistratura definir o limite aplicável à categoria.

d) excluem-se do teto as verbas de natureza indenizatória, assim como aquelas com natureza remuneratória especial.

e) sujeitam-se ao subteto estadual válido para todos os servidores estaduais, limitado ao subsídio mensal pago ao Governador.

Questão 95

Acerca das empresas estatais, segundo orientação recente do STF, é correto afirmar que:

a) a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário.

b) a venda das ações de empresas estatais exploradoras de atividade econômica pode ser realizada sem autorização legislativa, desde que precedida de audiência pública.

c) a dispensa de licitação pode ser aplicada à venda de ações que importem a perda de controle de

empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

d) o Estado poderia abrir mão da exploração de determinada atividade econômica, expressamente autorizada por lei, sem a necessária participação do Parlamento, porque a decisão compete apenas ao chefe do Poder Executivo.

e) é desnecessária autorização legislativa específica e prévia para a instituição da empresa-matriz.

Questão 96

Constituem hipóteses de dispensa de licitação previstas na lei federal de regência, exceto:

a) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

b) para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

c) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

e) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar

prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Questão 97

A respeito da Lei 8429/92 (Improbidade Administrativa), é correto afirmar:

- a) Na “improbidade imprópria”, o prazo prescricional aplicável ao agente público-réu não se aplica ao particular-réu já que existem regras próprias de prescrição.
- b) Tem-se “improbidade de bagatela” sempre que o valor dos recursos públicos desviados não justificar a persecução jurisdicional.
- c) A ação de improbidade administrativa admite cautelares de indisponibilidade de bens, bloqueio de contas no exterior e afastamento preliminar do investigado, sem prejuízo da remuneração.
- d) Segundo recente orientação do STJ, devido ao art. 37, 5º, da CF, se um dos pedidos for de ressarcimento do erário, a ação de improbidade será imprescritível também quanto às demais sanções.
- e) A ação de improbidade pode ser proposta por membro do Poder Legislativo, desde que no exercício regular de seus direitos políticos.

Questão 98

Analogicamente ao previsto na legislação federal, incluem-se entre as prerrogativas da Supervisão Secretarial, exceto:

- a) fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas de pessoal e de administração.
- b) fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação e relações públicas.

c) realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade, além de intervenção, por motivo de interesse público.

d) receber e dar provimento a recurso hierárquico impróprio interposto contra decisão da entidade descentralizada, independentemente de previsão legal.

e) aprovação anual da proposta de orçamento-programa e da programação financeira da entidade, no caso de autarquia.

Questão 99

Atuando na magistratura em município sem lei própria de processo administrativo, se for proposta uma demanda questionando a existência ou não de prazo decadencial para a respectiva administração municipal anular atos administrativos, é correto decidir no sentido de que:

- a) Deve ser aplicado, por analogia, o prazo decadencial previsto em leis de municípios vizinhos, desde respeitadas as normas gerais da legislação federal.
- b) Em razão do princípio da legalidade, a falta de lei municipal afasta a existência de prazo para a administração local anular seus atos.
- c) Aplica-se o prazo previsto na legislação federal de processo administrativo.
- d) Cabe ao juiz, utilizando o juízo de razoabilidade, definir o prazo adequado em cada caso.
- e) Deve-se aplicar o prazo previsto na lei estadual de processo administrativo e, se não houver, o prazo da legislação federal.

Questão 100

São exemplos de atos administrativos enunciativos:

- a) Portaria, regulamento, regimento interno, instrução.
- b) Atestado, certidão, parecer não-vinculante.
- c) Ordem de serviço, aviso ministerial, homologação.

1º Simulado Magistratura Estadual 10/08/19

d) Auto de infração, interdição de estabelecimento, multa.

e) Autorização, permissão e concessão de uso de jazida.

